



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS ERECHIM  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ELISETE MARIA HELMANN**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A BI DOCÊNCIA NO  
MUNICÍPIO DE ERECHIM (RS)**

**ERECHIM**

**2016**

**ELISETE MARIA HELMANN**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A BI DOCÊNCIA NO  
MUNICÍPIO DE ERECHIM (RS)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado como requisito para obtenção de  
grau de Licenciado em Pedagogia da  
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms. Sonize Lepke

**ERECHIM**

**2016**

**ELISETE MARIA HELMANN**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A BI DOCÊNCIA NO  
MUNICÍPIO DE ERECHIM (RS)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para  
obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal da  
Fronteira Sul.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Ms. Sonize Lepke

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:  
15/12/ 2016

**BANCA EXAMINADORA**

*Maria Salete Torres*

Prof.<sup>a</sup> Ms MARIA SALETE DE MOURA TORRES

Prof.<sup>a</sup> Ms SANDRA SIMONE HÖPNER PIEROZAN

*Sonize Lepke*

Prof.<sup>a</sup> Ms SONIZE LEPKE

Dedico este trabalho primeiramente a Deus bem como, a minha família, que não mediu esforços para tornar este sonho possível.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, por me iluminar e abençoar minha trajetória.

Ao meu pai Germano, e minha mãe Lucia, pelo apoio e por tudo que sempre fizeram por mim, pela simplicidade, exemplo, amizade e carinho, fundamentais na construção do meu caráter. As minhas irmãs Eliane e Elisandra pelas palavras de incentivo.

Ao meu marido, Marcelo, por ser uma pessoa extremamente paciente e compreensível. Sou grata por sempre estar ao meu lado, dando conselhos, força, coragem e incentivo.

A Orientadora, Prof<sup>a</sup> Ms. Sonize Lepke, pelo apoio, orientação e conhecimentos transmitidos. Sua presença foi de suma importância para a realização desse estudo.

As amigadas que foram construídas ao longo de todo o processo acadêmico. Em especial a duas grandes pessoas: Jaqueline e Sheila agradeço pelas palavras amigas nos períodos mais difíceis, pelo apoio bem como, por todos os momentos em que passamos juntas.

Agradeço também, a todos que de alguma forma ajudaram, obrigada por acreditarem no meu potencial, nas minhas ideias, nos meus devaneios, principalmente quando nem eu mais acreditava.

A todos os meus colegas do curso de pedagogia, que de alguma maneira tornam minha vida acadêmica cada dia mais desafiante. Peço a Deus que os abençoe grandemente, preenchendo seus caminhos com muita paz, amor, saúde e prosperidade.

E por fim, porém não menos importante, agradeço a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS por oportunizar todo meu processo acadêmico, bem como aos docentes do curso de Pedagogia, pela convivência harmoniosa, pelas trocas de conhecimentos e experiências que foram tão importantes na minha vida acadêmica/pessoal e, que contribuíram para o meu novo olhar profissional.

A educação inclusiva só começa com uma radical reforma da escola, com a mudança do sistema existente e repensando-se inteiramente o currículo, para se alcançar as necessidades de todas as crianças.

Dulce Barros de Almeida

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo buscar dados, compreender a função e o papel desenvolvido pelo professor (a) bi docente<sup>1</sup> diante dos alunos com deficiência da rede municipal de ensino de Erechim. Para tanto foi realizada a pesquisa bibliográfica, análise de documentos da Secretaria Municipal de Educação com as orientações referentes ao profissional e Projeto Político Pedagógico (PPP), bem como a Resolução do Conselho Municipal de Educação que orienta as ações. A temática da bi docência tem sido pouca problematizada até o momento, encontra – se na literatura apenas pesquisas que discutem o papel do segundo professor (a) por turma ou professor auxiliar ou do trabalho colaborativo. O desafio foi tecer essa rede de relações entre estes e compreender como o professor está inserido na rede municipal de educação, e especificamente qual a sua formação e funções. As conclusões apontam os avanços idealizados e concretizados pela rede de ensino, bem como os desafios.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Alunos com deficiência. Professor bi docente.

---

<sup>1</sup> Optamos por utilizar a grafia desta forma, uma vez que a rede municipal de Erechim (RS) assim a utiliza.

## SUMÁRIO

Gráfico 1 - Porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns.....17

Gráfico 2 - Porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns.....18

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	09
1.1 OBJETIVOS.....	10
1.1.1 Objetivo Geral.....	11
1.1.2 Objetivos Específicos.....	11
1.2 JUSTIFICATIVA.....	11
<b>2 O SURGIMENTO DA PROFISSÃO DOCENTE</b> .....	102
2.1 O GESTOR E OS PROCESSOS INCLUSIVOS.....	16
2.2 PROFESSOR BI DOCENTE: ALGUMAS PERCEPÇÕES.....	19
2.3 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) E OS (AS) PROFESSORES (AS) DA SALA DE AULA.....	20
<b>3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CIDADE DE ERECHIM (RS)</b> .....	233
3.1 A INVENÇÃO DO BI DOCENTE OU REINVENÇÃO DA NOMENCLATURA?...288	
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	31
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	33
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	36



## 1 INTRODUÇÃO

A educação formal é um tema recorrente nas discussões da sociedade brasileira, sendo também um espaço de disputas de projetos e concepções políticas, econômicas e sociais. O acesso e a permanência na escola, enquanto espaço, são entendidas como possibilidades de competir e estar inserido na sociedade. Nesse contexto, as minorias historicamente excluídas como as mulheres, negros, camponeses e pessoas com deficiência buscam assegurar o acesso e passam a disputar um projeto de educação.

Não pretendo discutir, neste momento, as disputas que perpassam um sistema de ensino, mas compreender o contexto em que estamos inseridos. Para tanto, retomamos o final do século XX e início do século XXI em que visualizamos no Brasil mudanças quanto aos processos inclusivos de crianças e adolescentes com deficiência. Intensificadas diante de ações a nível mundial e do tensionamento provocado pelas organizações das pessoas com deficiência. Os reflexos sentidos nas últimas décadas foram: a implementação de políticas que asseguram a matrícula e a permanência na escola regular, o aumento gradativo de ações e pesquisas que possibilita identificar as necessidades específicas das crianças e adolescentes no contexto educacional.

Nesse processo, toma força a discussão sobre o currículo e a superação da compreensão de que a presença física no espaço escolar da criança com deficiência era um ato de solidariedade e assistencialismo. Os mecanismos para assegurar o que estava previsto nos documentos oficiais precisariam ser revisitados e reorganizados.

Nesse contexto surge o conceito de professor auxiliar, segundo professor ou ainda o bi docente, com nomenclaturas diferentes e por vezes com ações diferenciadas, escolas públicas e privadas do país almejam de certa forma assegurar o acesso ao currículo ou ainda responsabilizar este professor pelas necessidades do aluno com deficiência. Diante de inúmeras representações permitidas e possíveis para este profissional, buscamos compreender as ações e funções direcionadas a este na rede municipal de ensino da cidade de Erechim (RS).

O município, através da Secretaria Municipal de Educação, construiu uma proposta diferenciada e audaciosa ao viabilizar (economicamente) a presença deste, ao definir as ações e o papel do professor bi docente no contexto escolar. Este foi o

recorte realizado neste trabalho, compreender as funções e o papel deste professor(a) através das orientações enviada pela Secretaria Municipal de Educação as escolas municipais e como este espaço está sendo delineado ao longo dos últimos anos. Porém, fizemos também imersões quanto a profissão docente e as narrativas propostas para este.

Desta forma, no capítulo dois retoma o contexto histórico, especialmente quanto à constituição da função ocupada pelo professor (a) através da retomada de alguns momentos históricos. A discussão flui sobre as mudanças no espaço e tempo destinado a escola e a população que a ela teve acesso, analisando as possibilidades implementadas por alguns Estados ou Municípios como a presença de dois professores por sala (quando houver a matrícula de um (a) aluno(a) com deficiência), bem como a efetivação do Atendimento Educacional Especializado(AEE) e a sua contribuição para nos processos inclusivos.

No capítulo três aprofunda a discussão a partir dos dados coletados, reflete sobre a nomenclatura utilizada pela rede municipal de ensino na tentativa de conduzir a discussão e provocar ampliação do debate e das funções desenvolvidas pelos professores bi docentes, professor titular e professor do AEE.

Os procedimentos metodológicos e as considerações finais compreender o caminho percorrido para chegar aos dados coletados e algumas afirmações sobre o processo inclusivo em andamento no país, no Rio Grande do Sul e na cidade de Erechim (RS). Para melhor compreensão explicitamos aqui os objetivos propostos.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Produzir dados quanto ao número de crianças com deficiência e o número de professores que ocupam a função de professor (a) auxiliar/ bi docente na rede municipal de Erechim, bem como compreender qual o papel destinado a estes segundo as orientações previstas nos documentos da escola ou legislação municipal e como ele auxilia para que o aluno com deficiência tenha acesso ao currículo proposto para a série.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Evidenciar as orientações previstas na legislação federal, estadual e municipal quanto ao papel do professor auxiliar/ bi docente, bem como realizar revisão bibliográfica quanto o tema;
- Coletar dados quanto ao número de alunos com deficiência e professores bi docentes que atuam nas escolas municipais;
- Analisar e refletir os dados coletados em relação a ação e atuação deste profissional.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

O tema necessita de maiores imersões, vários autores e pesquisas foram acessados, porém raríssimas são as discussões, pesquisas ou artigos que dialoguem sobre o contexto da bi docência no formato adotado pelo município de Erechim. Por outro lado, o papel de mais de um professor na sala de aula, é uma realidade na rede de ensino do Estado de Santa Catarina, enquanto que no Rio Grande do Sul praticamente desapareceu das escolas estaduais e com poucas exceções, as escolas da rede municipal do Estado possuem esse profissional na instituição, enquanto que na rede particular está inserido com naturalidade.

A Lei 13.146 de 2015, mais conhecida como Lei da Inclusão faz referência a este profissional, apontando novas perspectivas e de certa forma assegurando a criança com deficiência e aos demais colegas o auxílio de um profissional. Neste sentido, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) busca refletir sobre as possibilidades ou impossibilidades deste profissional a partir das ações efetivadas na rede municipal de Erechim (RS), bem como compreender o papel destinado a este no contexto escolar analisado.

Acreditamos que ao debruçar sobre o tema, possamos contribuir com a discussão, fomentar o interesse e reflexões sobre o papel deste profissional que por vezes é esquecido, suprimido ou ainda entendido como desnecessário. Porém, antes discutiremos os caminhos percorridos para se chegar a profissionalização do professor(a) ao longo dos séculos.

## 2 O SURGIMENTO DA PROFISSÃO DOCENTE

Ao iniciar a escrita sobre o espaço que o professor (a) aos poucos foi ocupando no contexto da profissionalização, buscamos fazer um recorte no qual a centralidade está pautada em como a profissão docente, aos poucos ocupa espaço nas mais diversas discussões, em especial quando debatemos a educação inclusiva.

Se a profissão surge a partir das transformações econômicas e sociais que as sociedades sofreram, o tema docência é antigo e ao mesmo tempo atual, com muitos recortes, facetas e especificidades. Para compreender um pouco o processo, aponto alguns acontecimentos que permitirão análises posteriores.

Segundo registros, na Antiguidade Clássica, o conhecimento se dava por meio dos mitos e da razão, os filósofos eram as principais representações dos professores, eles ensinavam a partir dos mitos, colocavam em questão a existência humana. Dessa maneira, não havia uma relação estabelecida entre o processo ensino-aprendizagem.

Para estes povos, a oratória estava posta como questão central, pois era através dela, que o homem livre poderia expor suas ideias, pretensões e reflexões. Desta forma, cabia ao mestre ensinar as habilidades. Os registros sobre os sofistas são as expressões máxima daquele contexto.

Por outro lado, o conhecimento estava restrito a uma elite, de homens livres e com condições econômicas que permitissem o tempo livre<sup>2</sup>. Assim como o mestre, os sujeitos que poderiam acessar determinados saberes, eram uma minoria. Porém, faz-se necessários observar que estes saberes não eram necessários para realizar atividades produtivas na sociedade.

Na Idade Média, especialmente na Europa, a profissão docente, aos poucos ocupa certa relevância, relacionada com a influência da igreja católica que necessitava catequizar, evangelizar e configurar os sujeitos, a fim de garantir a influência na economia e na sociedade. NÓVOA (1995, p.15) enfatiza:

a função docente desenvolve-se de forma subsidiária e não especializada, constituindo uma ocupação secundária de religiosos ou leigos das mais diversas origens. A gênese da profissão de professor tem lugar no seio de algumas congregações religiosas, que se transformaram em verdadeiras congregações docentes. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, os jesuítas e os

---

<sup>2</sup> Retomo o conceito de escola de Masschelein e Simons (2014) que defende a escola como tempo livre para o estudo e para a prática, traduzindo o termo grego skholé.

oratorianos, por exemplo, foram progressivamente configurando um corpo de saberes e de técnicas e um conjunto de normas e de valores específicos da profissão docente.

Assim, a profissão de professor aos poucos foi se configurando a partir de “saberes e técnicas” necessárias para atuar em um espaço e tempo que aos poucos também foi institucionalizado. Destinado apenas aos cidadãos e de posses na Antiguidade, o processo de ensinar muda a sua configuração e passa a ser destinada a crianças, adolescentes e em alguns casos à adultos aliado a necessidade de tempo com a presença de alguém que tinha saberes que poderiam ser difundido: surge então a figura do professor.

No Brasil, a partir da colonização<sup>3</sup>, bem como em grande parte da América Latina, coube aos portugueses a manutenção da concepção de ensinar, e os membros da Companhia de Jesus, desempenharam o trabalho de converter os índios ao cristianismo, propagar a fé católica, ensinando aos nativos saberes considerados necessários: como ler e contar, pois a alfabetização era o caminho mais propício para esse fim.

A catequese pregada pelos jesuítas, estes investidos do papel de professores e também representantes da igreja, asseguraram a conversão da população indígena à fé católica e o conhecimento de saberes que consideram essenciais para um bom cristão.

Quando expulsos do Brasil diante das acusações de buscar apenas acumular riquezas, novas ações educativas precisaram ser efetivadas. Afinal, a Europa e suas colônias vivenciavam um momento em que a igreja perderá espaço político e econômico em detrimento do Estado Moderno e desenvolvimento do capitalismo. A partir deste momento é instaurada uma educação laica, e um ensino pelo e para o Estado. Em relação a esse fator Nóvoa ressalta que:

O processo de estatização do ensino consiste, sobretudo, na substituição de um corpo de professores religiosos (ou o controle da Igreja) por um corpo de professores laicos (ou sob o controle do Estado), sem que, no entanto, tenha havido mudanças significativas nas motivações, nas normas e nos valores originais da profissão docente: o modelo do professor continua muito próximo do padre. (NÓVOA, 1995, p.15).

No Brasil colonial o germe do capitalismo se instala, porém permanece no

---

<sup>3</sup> Optamos por fazer este recorte, sem discutir neste momento, como os saberes eram transmitidos, ensinados e vivenciados pela população indígena no Brasil.

ensino uma relação muito próxima com a religião. Destinada a poucos homens, os professores também eram raros. Posteriormente, com a colonização, novas configurações são dadas à escola, ao ensino e ao professor (a).

Interessante observar a relação entre educação e economia, pois a primeira se reconfigura em detrimento da segunda. Ou seja, se na antiguidade clássica a educação não tinha um papel essencial para a economia, diante dos avanços econômicos, processo de industrialização e modernização, ela passa a ter um papel essencial na formação da mão de obra.

A profissão docente não está desvinculada deste contexto, pelo contrário. Neste processo começa a ser reconhecida, novas exigências são postuladas e aos poucos as mulheres passam a fazer parte desse espaço de atuação.

No Brasil, isso ocorre com a expansão do ensino público e privado. Quanto as mulheres é permitido primeiramente o acesso à educação formal e posteriormente a ocupação da função docente.

Se por séculos o saber do professor resultava das suas experiências de vida e reflexões individuais, em uma sociedade que exige formação profissional, deste também passam a ser exigidos, para que possa atuar em um espaço formal de ensino: a escola.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus na década de 1970, Lei nº 5692/71 é um documento de análise que permite observar as novas exigências. Esse documento normatiza que a profissionalização para a docência se dará em curso de segundo grau denominado Magistério. Essa mudança extinguiu a formação de professores regentes, descaracterizando a estrutura anterior do curso. Assim “a formação de professores para a docência nas quatro séries do ensino de primeiro grau passou a ser realizada através de uma habilitação profissional, dentre as inúmeras outras que foram regulamentadas”(GONÇALVES E PIMENTA , 1992, p. 106).

Ao exigir formação específica para os professores de todo país, novas exigências também foram impostas para as escolas, como a organização de um currículo que propusesse disciplinas comuns em todas as instituições de ensino nacionais. Mesmo, diante destas demandas, por longos anos, professores de diferentes formações conviveram nos espaços escolares ou ainda persistiram nas comunidades mais distantes.

Já com a promulgação da LDB nº 9.394 de dezembro de 1996, o que pode

ser visto foi a extinção da Escola Normal em nível secundário, surgindo uma nova agência formadora de professores às chamadas Escolas Normais Superiores. A formação de professores passou a ser dos cursos de Pedagogia.

[...] percorrendo o passado e olhando para o presente, percebemos os altos e baixos da formação docente, suas fragilidades, seus caminhos e descaminhos. A afirmação profissional dos professores é um percurso repleto de lutas e de conflitos, de hesitações e de recuos (NÓVOA, 1995, p.21),

Muitas análises são possíveis através deste pequeno recorte. Entre eles a dificuldade da profissionalização do magistério e da necessidade do reconhecimento do papel que ocupa na sociedade. Poucos são os investimentos para assegurar a este profissional uma formação inicial qualificada que o instrumentalize diante do contexto desafiador que é a escola do século XXI.

Segundo Nóvoa, (1995, p.26) “a formação de professores precisa ser repensada e reestruturada como um todo, abrangendo as dimensões da formação inicial, da indução e da formação contínua”. De nada adianta preocupar-se com a formação a nível superior se depois esta formação não será continuada.

[...] deve o educador egresso da Universidade voltar a ela, sempre e de novo, ou melhor, deve provocá-la a que vá a seus locais de trabalho e a seus encontros no seio da profissão, para que eles, os educadores, possam com ela redescobrir-se e interrogar a si mesmos e para que possa ela, a universidade, reaprender com eles o que lhes ensinou. (MARQUES, 2000, p.210),

Marques (2000) acentua que a capacitação e qualificação do profissional do magistério deve ser constante e em serviço “formação humana na forma do exercício ativo e comprometido da profissão” (p.12). Superando assim, o conceito de formação como algo acabado após a conclusão de um curso superior, mas como um processo constante.

O docente deve estar ciente que a educação formal de uma criança, adolescente ou adulto exige por parte do dele inovação e a transformação e não repetição. Mas para que isso ocorra a profissão docente deve ser mais reconhecida pela sociedade e pelas mantenedoras, que por sua vez precisam estar atentas as mudanças sociais e culturais. Pois são estas mudanças que exigem da sociedade, das instituições de ensino (básica e superior) e dos professores novas formas de

ensinar diante das diferentes formas de aprender. Nesse contexto, se insere a figura professor bi docente.

## 2.1 O GESTOR E OS PROCESSOS INCLUSIVOS

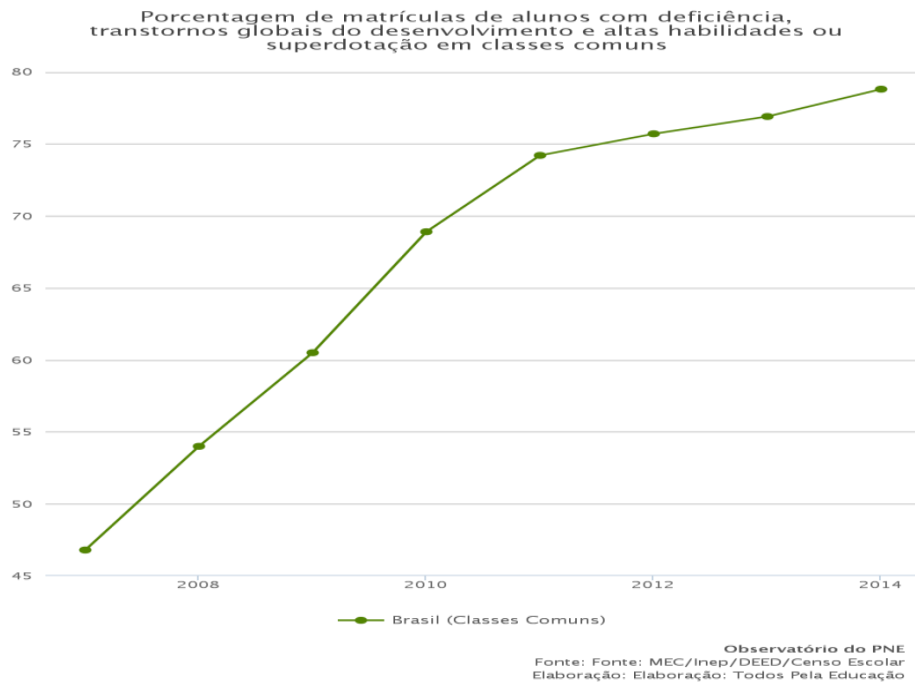
Na última década, os processos inclusivos, em especial das crianças, adolescentes e adultos com deficiência tiveram um grande crescimento. Algumas mantenedoras, instituições de ensino apostam na presença de dois professores na mesma sala. Mas é preciso compreender a importância, a função e a formação deste no espaço escolar e principalmente dentro da sala de aula.

As discussões que envolvem este profissional são objeto de poucas pesquisas ou incursões. Pois, permanece em muitos lugares e instituições a figura do profissional que tem e continua tendo, a função de auxiliar a criança com deficiência em suas atividades escolares, de higiene, locomoção ou alimentação sem, no entanto, ter compromisso com o currículo da escola ou os saberes escolares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 indica a presença de um professor(a) que passa a contribuir nas ações pedagógicas desenvolvidas nas escolas e salas de aulas que possuem alunos com deficiência.

Art.58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 1º Haverá quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração, nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.( BRASIL, 1996, Lei nº 9.394/96)

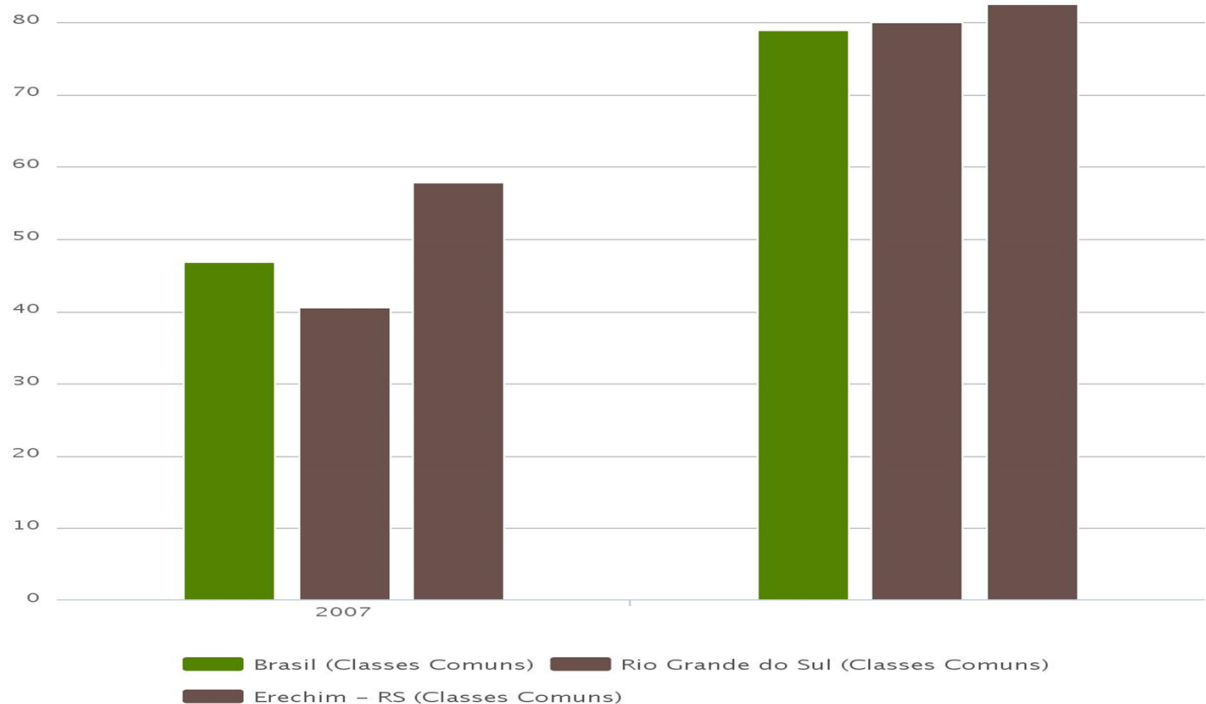
Soma se a orientação vaga do Art.58 o aumento gradativo dos alunos com deficiência nos últimos anos, conforme dados do Observatório Nacional da Educação:



Fonte: (Observatório do PNE, disponível em <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/4-educacao-especial-inclusiva/indicadores>>). Acesso em: 16/11/2016.

Com o aumento das matrículas, as redes de ensino, públicas e privadas foram impulsionadas a modificar a sua forma de gestar para atender as demandas. A presença de mais de um professor (a) por sala ao mesmo tempo é uma dessas possibilidades.

Porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns



Observatório do PNE  
 Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar  
 Elaboração: Todos Pela Educação

Fonte: (Observatório do PNE. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/4-educacao-especial-inclusiva/indicadores>> Acesso em: 16/11/2016)

O município de Erechim (RS) conforme mostra o gráfico acima, alcançou nos últimos anos, especificamente no ano de 2014 uma porcentagem maior de matrículas do que o Brasil e o Estado nos últimos anos. Estes dados, evidenciam em parte, que os pais sabem o direito que tem, e que seus filhos mesmo com deficiência tem direito a ir a escola e ter o professor bi docente lá para lhe auxiliar.

Porém, para além da presença deste profissional, muitas outras questões precisam ser planejadas pelos gestores de uma rede de ensino, como: qual a formação deste professor? Qual o seu papel e suas atribuições? Qual a denominação dada a este professor?

Esta talvez seja uma das grandes dificuldades que se impõe quando um gestor se dispõe a pensar a educação como um direito de todos. Pois além de representar um investimento que por séculos foi considerado desnecessário, exige repensar a prática da escola e dos professores.

Na concepção de educação inclusiva, a presença de dois professores na sala de aula opõem - se a visão de que este deveria auxiliar exclusivamente o aluno com

deficiência com atividades pedagógicas aplicadas pelo professor titular, auxiliar nas necessidades fisiológicas e de locomoção. Essa representação é suprimida pelos dois profissionais que possam se auxiliar nas dificuldades e percalços que perpassam a docência, a sala de aula, o ensino e a escola.

## 2.2 PROFESSOR BI DOCENTE: ALGUMAS PERCEPÇÕES

Como já mencionado anteriormente, a rede estadual de Santa Catarina no ano de 2009 propôs no seu Programa Pedagógico (PP) a figura do Segundo Professor por Turma (SPT). Este profissional possui um perfil de formação e atuação. Cito a experiência, pois apesar de ser revisitada constantemente por pesquisadores da área que alertam sobre os problemas e dificuldades, tal ação ainda permanece como inovadora.

No Rio Grande do Sul, não localizamos documentos que orientam para a presença deste profissional, pelo contrário, houve ao longo dos anos um enxugamento e conseqüentemente a retirada deste trabalhador que por vezes fazia o papel de cuidador e de auxiliar do professor titular.

Nesse sentido as ações desenvolvidas pela rede Municipal de Erechim (RS) merecem destaque. Pois realizaram introdução da figura do bi docente “desde 2009, para melhor atender as necessidades do educando com deficiência que não possui autonomia de vida e para qualificar a proposta de Educação Inclusiva do Município” (FERREIRA E TORRES, 2013, p.7).

A introdução deste profissional e a construção de um Projeto Pedagógico (PP) que viabilize pedagogicamente e financeiramente o mesmo, exige por parte dos gestores e professores reelaborar conhecimentos, ações e atitudes com o intuito de alcançar uma proposta de educação inclusiva.

Pensar a educação, em específico a educação inclusiva, requer conhecimento do tema, da legislação e clareza de que todos, independente da sua condição, tem direito de acessar os conhecimentos escolares. E para tanto, às vezes se faz necessário criar mecanismos ou ações como a presença de dois professores por sala.

Outra inquietação, esta na dificuldade do professor (a) atuar em sintonia (teoricamente) com o professor da classe para obter melhores resultados. Talvez por isso ela seja entendida como desafiadora. Por ser uma ação complexa, que a

caracteriza, mas ao mesmo tempo apaixonante por proporcionar à criança com deficiência uma oportunidade de descobrir tudo que por direito é seu; o brincar, a socialização com outras crianças, o estímulo, a atenção, o carinho, a aprendizagem e principalmente o respeito.

Se ao longo desses anos está era uma possibilidade que as redes de ensino pública ou privada negligenciavam, a presença de um professor bi docente ou auxiliar passa a ser reafirmado pela Lei da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) que garantiu mais possibilidades aos familiares requerer o mesmo. No capítulo IV, sobre o Direito a Educação afirma:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

[...]

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar. (BRASIL,2016))

Com a possibilidade dos pais ou responsáveis buscar amparo legal para que as crianças com deficiência tenha acesso ao currículo proposto e a presença de um professor(a) que possa auxiliar, surge a possibilidade de dois professores por sala. Porém, a questão que se coloca é a função que o mesmo deverá desempenhar além da relação que será estabelecida com a colega professor (a) e com os demais alunos. A rede municipal de ensino de Erechim (RS) vem promovendo essa discussão desde 2009 e para está trajetória que voltaremos o nosso olhar.

### 2.3 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) E OS (AS) PROFESSORES (AS) DA SALA DE AULA

O termo Atendimento Educacional Especializado (AEE) está descrito na constituição de 1988, discussões que estavam presentes apenas nos documentos legais denominados como “educação especial”. Período este, que a educação especial, estava encarregada de atender as crianças com deficiência que em geral não frequentavam escolas regulares.

As mudanças significativas ocorreram a partir da Lei de Diretrizes e Bases da

Educação (Lei nº 9.394/96), que definiu as diretrizes para a educação nacional, dispôs que o acesso ao ensino fundamental constitui um direito público subjetivo (.art 5º). O mesmo documento também responsabiliza os pais ou responsáveis pela matrícula no Ensino Fundamental.

Tais dispositivos indicavam que nenhuma criança dentro da faixa etária da escolaridade obrigatória deveria estar fora da escola, inclusive os estudantes com necessidades educacionais especiais<sup>4</sup>. O artigo Art. 4º reforçou que o dever do Estado com a educação escolar pública seria efetivado entre outras coisas, mediante a oferta de “ensino fundamental, obrigatório e gratuito”, e no caso dos alunos com necessidades educacionais especiais reforçou o direito ao “atendimento educacional especializado gratuito preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996.p 46).

Nos documentos posteriores as atribuições do Atendimento Educacional Especializado passa a ser especificado, entre elas a função de: identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2010, p. 21-22).

Como podemos ver na citação acima o Atendimento Educacional Especializado deve proporcionar ao aluno ferramentas que consigam estimular e criar estratégias para elaborar a sua aprendizagem sobre os temas desenvolvidos na sala de aula comum.

O professor que trabalha nestas salas deve possibilitar e organizar um currículo acessível a este aluno assim fazendo com que o mesmo, participe das atividades propostas adquirindo conhecimento e desenvolvendo sua autonomia.

O atendimento educacional especializado constitui parte diversificada do currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais, organizado institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns. (ALVES, 2006, p.15)

---

<sup>4</sup> Termo utilizado nos documentos do período.

É fundamental para o desenvolvimento deste aluno o trabalho em conjunto entre as professoras do ensino comum e do Atendimento Educacional Especializado, pois as duas ações possuem particularidades e ambos tem como objetivo potencializar o desenvolvimento das potencialidades, habilidades, plena participação na sociedade e o desenvolvimento da aprendizagem da criança com deficiência.

Porém, cabe compreender que os processos desenvolvidos pelo professor (a) na sala de AEE colaboram para o desenvolvimento (motor ou intelectual) do aluno, bem como pode auxiliar o professor (a) da sala de aula na elaboração de planos de aula ou metodologias que potencializem o processo de aprendizagem do seu aluno.

A presença do professor de (AEE) relacionado ao aluno com deficiência, tem a especificidade de dar suporte, tanto para aluno com deficiência, sem deficiência e compartilhar dúvidas e dificuldades com o outro professor (a).

### 3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CIDADE DE ERECHIM (RS)

Erechim é uma cidade localizada no Norte do Rio Grande do Sul, possui aproximadamente cento e dois mil habitantes, é uma cidade composta por várias etnias, e é conhecida como a “capital da amizade” devido sua diversidade de povos que aqui vivem. Pode - se dizer que é uma cidade em expansão, possui várias indústrias, comércios e universidades.

A rede municipal de ensino conta com dezoito escolas municipais e seis escolas particulares que mantem convênio com o município. Este convênio permite que o município compre vagas nas escolas particulares para suprir a demanda que não consegue ser atendida pela rede.

Estas escolas estão localizadas em diversos pontos da cidade, atendem vários alunos, algumas destas escolas também tem alunos com deficiência matriculadas, atendendo o que está previsto na legislação que ampara os mesmos.

No ano de 2016, o município tem cento e noventa e sete (197) alunos com deficiência inseridos nas escolas municipais com auxílio do professor bi docente e a oferta do Atendimento Educacional Especializado são : Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Badalotti, EMEF D. Pedro II, EMEF Othelo Rosa, EMEF Cristo Rei, EMEF Caras Pintas, EMEF Paiol Grande, EMEF Jaguaretê, EMEI Irmã Consolata, EMEI D. João A. Hoffmann, EMEI Ruther Von Muhlen, EMEI Bortolo Balvedi, EMEI São Cristovão, EMEI Estevam Carraro, EMEI Lucas Vezzero e EMEI Doutora Vera Beatriz Sass, Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA).

Atende o que prevê a Constituição Federal de 1988, quando afirma que a “educação é um direito de todos”, ou seja, todas as pessoas, em especial as crianças em idade escolar (conforme preconiza documentos posteriores) tem direito de acessar a educação. O Art. 205 da Constituição afirma que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa”. (Constituição Federal de 1988, disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf>, acessado em 20 de outubro de 2016).

A Resolução do CNE/CEB nº 2/200 institui as Diretrizes Nacionais para a

educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais<sup>5</sup>, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades. Orienta os sistemas de ensino para assegurar o direito a educação, desde a educação infantil, educação básica e as demais ações necessárias para a inclusão.

Art 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos. ( Brasil,2011. p.11)

O recorte acima, possibilita ao gestor de um sistema de ensino, construir ações que possibilitam ao aluno com deficiência o acesso aos saberes e conhecimentos escolares da série e escola que está matriculado.

A Secretaria Municipal de Educação, através do seu Projeto Político reafirmou os conceito de Educação Especial defendidos pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva de 2007.

Nesta perspectiva, o município de Erechim (RS), organizou uma série de ações, entre elas a implementação da figura do professor bi docente. Apesar de existir a possibilidade de um professor auxiliar<sup>6</sup> ou segundo professor por turma<sup>7</sup>, a utilização de um novo termo pode significar alteração na forma de conceber as ações desenvolvidas entre dois (duas) professores (as) que precisam atuar juntas, ao mesmo tempo, na mesma sala de aula com um grupo de alunos, com e sem deficiência.

Este professor (a) atua somente em escolas e turmas em que as dificuldades ou limitações do aluno com deficiência o exigem. Assim, o município possuem setenta e cinco (75) professores bi docentes.

Por ter especificidades, percebe - se pela análise dos documentos emitidos pela administração municipal, a construção das atribuições, para assim definir o seu papel no contexto inclusivo e as ações que deveriam ser desenvolvidas por todos os envolvidos.

---

<sup>5</sup> Termo utilizado pelo referido documento.

<sup>6</sup> Previsto para as escolas no território nacional.

<sup>7</sup> Terminologia utilizada pela rede estadual de Santa Catarina (RS)

Conforme documento disponibilizado pela Secretaria da Educação de Erechim este profissional tem as seguintes atribuições trabalhar em parceria com o professor da turma, visando implementar atividades/ ações que viabilizem um melhor aproveitamento e evolução nos processos de aprendizagem dos estudantes com e sem deficiência, participar do planejamento pedagógico, participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico ( PPP) da Escola bem como do Regimento Escolar e dos Planos de Estudo / Atividades, participar de estudos e formação oferecidos pela SMEEd, auxiliar o professor da turma a encontrar saídas metodológicas e avaliativas para todos os estudantes que apresentem dificuldades no processo de aprendizagem, ser um pesquisador atuante na busca de estratégias e possíveis soluções para sucesso escolar de todos os estudantes, estabelecer contato com o professor de AEE para socializar informações e orientações a respeito dos estudantes com deficiência.

Ao (a) professor (a) que ocupa a função de bi docente que pode ser do quadro efetivo ou de contratação, não é exigida formação específica na educação inclusiva, em geral são professores (as) com formação em magistério no Ensino Médio e Pedagogia no Ensino Superior.

Pois, o mesmo não se confunde diante das suas funções específicas com os demais professores, porém atua em parceria com o professor (a) regente e o professor (a) da Sala de Recursos que presta o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Segundo a Resolução CME nº 50 de 21 de maio de 2015 do Conselho Municipal de Educação de Erechim (RS),

Art. 7 O Atendimento Educacional Especializado, serviço educacional de direito de todos estudantes da Educação Especial, é de oferta obrigatória pela Escola Pública e de caráter facultativo para a família.

Art. 8 O Atendimento Educacional Especializado, direito público subjetivo, deve ser assegurado pela Mantenedora do Sistema Público Municipal, tendo início na Educação Infantil e perpassando todos Níveis, Etapas e Modalidades de Ensino.

O documento explicita a orientação do Ministério da Educação, em que o serviço é facultado aos pais e responsáveis das crianças com deficiência, mas de oferta obrigatória. O mesmo documento também define o público alvo e a sua função, ou seja, não substitui a escolarização e deve ser ofertado no contra turno, evidenciando a preocupação com a organização do tempo e o espaço da escola.

Art 10 O sistema Municipal de Ensino deverá oferecer nas Unidades Escolares o Atendimento Educacional Especializado, serviço realizado na prioritariamente na sala de recursos multifuncionais da própria Escola ou em outra Escola de Ensino Regular, no turno inverso da escolarização.( Resolução CME nº 50 de 21 de maio de 2015)

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) da secretaria municipal de educação de Erechim (RS) o professor da sala de AEE deve ser um profissional voltado para educação especial – inclusiva, além da formação inicial em Magistério ou graduação em Pedagogia, o professor de AEE deve ter uma formação em, uma área de deficiência, e estar sempre participando de palestras e cursos disponibilizados pelo órgão mantedor.

Segundos os documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Erechim este professor tem várias atribuições entre elas: participar do planejamento da secretaria municipal de educação, dialogar com o professor (a) e o professor (a) bi docente que tem aluno com deficiência incluído em sua sala de aula.

O interessante observar que a Secretaria da Educação de Erechim se responsabiliza por medir, ofertar possibilidades de diálogo e estudo para todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, com objetivo de desenvolver uma estratégia de estudo para este aluno deficiente de forma a atender suas necessidades de aprendizado.

De acordo com a Resolução CME nº 50 de 21 de maio de 2015 do Conselho Municipal de Educação de Erechim ,

Art 22 Caberá á secretaria Municipal de Educação de Erechim, através da Coordenação de Educação Especial/ Inclusiva acompanhar e assessorar os profissionais do Sistema Municipal de Ensino ( professores de sala de aula regular e de AEE , profissional de apoio, coordenação e diretor escolar), quanto aos procedimentos e processos pedagógicos a serem utilizados em relação aos estudantes da Educação Especial.

Ressalto que são estas ações planejadas pela Secretaria Municipal de Educação e em parceria com as escolas municipais e demais secretarias que permitiram avanços no processo inclusivo. Pois pensar a educação inclusiva, exige trabalhar para além dos muros da escola. Exige construir, em uma rede de apoio (saúde, assistência social, transportes) que viabiliza, em situações de vulnerabilidade da família com crianças com deficiência a permanência e o acesso

ao currículo da escola.

Estas ações, promovidas a partir de 2010, estão explicitadas na frota de transportes adaptado e a implementação das salas de AEE em quase todas as escolas em que tem alunos com deficiência matriculados.

Essa estrutura permite a cada escola pensar suas ações específicas quanto aos processos inclusivos, o que em parte pode ter contribuído para que o município tenha recebido, a nível nacional, prêmios valorizando suas ações inclusivas.

No ano de 2011, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Othelo Rosa ficou entre as dez melhores do país no Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas, o projeto premiado foi “A escola aprendendo com as diferenças”.

Dois anos depois, em 2013, Erechim conquista o 1º Lugar na categoria escolas no Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas através do projeto desenvolvido pela E.M.E.I. Irmã Consolata e a Secretaria Municipal de Educação conquista o 2º Lugar na categoria Secretarias no mesmo prêmio.

Em 2015, as Escolas Municipais de Ensino Fundamental Paiol Grande e Luiz Badalotti e a Escola Municipal de Educação Infantil Dom João Hoffmann ficam entre as 10 melhores do Brasil no Prêmio Desenvolvimento Educacional Inclusivo: a escola no enfrentamento das desigualdades sociais.

Este ano (2016) a Secretaria Municipal de Erechim ganhou o prêmio<sup>8</sup> de secretaria municipal do Brasil em educação inclusiva. Erechim disputou o concurso com outros 105 projetos de diferentes municípios brasileiros. As Escolas Municipais de Ensino Fundamental Luiz Badalotti e Paiol Grande e Escola Municipal de Educação Infantil D. João Aloisio Hoffmann foram as finalistas pelo município.

O que todas essas informações tem a nós dizer? Que muitas são as possibilidades de pensar a educação inclusiva a nível municipal, pois o lastro legal disponibilizado pela legislação permite ações significativas em prol da educação inclusiva.

Por outro lado, evidências que as escolas destaquem nas suas ações conseguiram o reconhecimento nacional, mas, isso não garante que a inclusão de todas as pessoas ocorre com tranquilidade, muito certamente são as dificuldades que precisam ser analisadas, gestadas e sanadas.

---

<sup>8</sup> A premiação foi concedida pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, em conjunto com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI e patrocínio da FUNDACIÓN MAPFRE

### 3.1 A INVENÇÃO DO BI DOCENTE OU REINVENÇÃO DA NOMENCLATURA?

Bi docente, professor de apoio, professor auxiliar ou segundo professor? Partindo destas inquietações de como é chamado o professor que trabalha com os alunos com deficiência na sala de aula com mais de um professor foi realizada um estudo do estado da arte, foram realizadas buscas com o termo “bi docente” em endereços eletrônicos que têm hospedados artigos, teses e dissertações do campo da educação.

Um artigo, intitulado “Educação Inclusiva – uma experiência colaborativa de Ensino Regular” que descreve o processo de investigação desenvolvido pelo NEAPI setor ligado a Divisão de Diversidade e Inclusão Educacional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), aponta que

O trabalho de Bi docência consiste em uma proposta inovadora, onde o professor da turma e um professor de educação especial irão trabalhar em conjunto para que o processo de aquisição da leitura e escrita torne-se viável a todos, contemplando suas individualidades, beneficiando não só os alunos com necessidades especiais, mas também a classe como um todo. O ensino colaborativo tem sido utilizado para favorecer a inclusão escolar, envolvendo a parceria direta entre os professores da Educação comum e especial. (AMARAL, 2014, p.2)

Esta pesquisa realizada, trabalha com a perspectiva de dois professores na mesma sala e um deles com formação em educação especial. A proposta aponta que o professor (a) da educação especial partilha a sala de aula e as funções com outro professor (a) atendendo a todos não somente o aluno com deficiência.

O ensino colaborativo vem sendo narrado como uma possibilidade na Educação Especial – Inclusiva por diversos, porém a efetivação deste conta com diferentes estratégias, nomenclaturas e ações.

Um dos modelos de trabalho colaborativo que vem sendo investigado tem sido a colaboração entre o professor da educação regular e o do ensino especial. O Ensino colaborativo (Co-teaching - termo utilizado na Língua Inglesa) proposto por autores norte-americanos considera importante a atuação de dois ou mais profissionais dando instruções em um mesmo espaço físico. O ensino colaborativo tem sido utilizado para favorecer a inclusão escolar, envolvendo a parceria direta entre os professores da Educação comum e especial. Tal forma de trabalho está em crescente ascensão na literatura como uma estratégia inclusiva. Professores de educação especial e regular devem se responsabilizar pelo planejamento e

avaliação do ensino para um grupo com ou sem necessidades educacionais especiais. Na sala de aula, os dois professores trabalham juntos e desenvolvem um currículo diferenciado visando à melhoria do ambiente de aprendizagem. (Andréa Carla Machado, Andréa C; Almeida, Maria A., 2010, disponível em

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862010000300004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000300004) acesso em 16 de novembro de 2016)

É a possibilidade do aluno com deficiência de promover o acesso ao currículo, de participar efetivamente das atividades desenvolvidas pelo grupo e de permanecer na escola.

A utilização da nomenclatura bi docência permite pensar as ações e funções deste profissional. A Secretaria de Educação do Município de Erechim optou pela nomenclatura e difusão do termo, porém no documento Resolução CME nº 50 de 21 de maio de 2015 do Conselho Municipal de Educação de Erechim (RS), o termo professor de apoio permanece quando se quer fazer referência ao professor bi docente.

Art 23 De acordo com as necessidades dos estudantes da Educação Especial atendidos, as Escolas devem contar com profissionais de apoio à docência e as rotinas escolares, no período de permanência do estudante na Escola, conforme legislação vigente.

Parágrafo único – Entende-se por profissionais de apoio, aqueles necessários para a promoção do atendimento às necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade, da comunicação e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção, prestando auxílio individualizado aos estudantes que não realizam essas atividades com independência, devido a sua condição de funcionalidade ou sua condição de deficiência, buscando a sua autonomia.

O termo bi docente ainda é algo novo, pois como pode ser visto nos documentos ainda é denominado professor de apoio, em Erechim passou a fazer parte dos discursos nos últimos há sete anos, muitas vezes gerando estranheza.

O que fica explícito nos documentos da Secretaria Municipal de Educação e na Resolução nº 50 do Conselho Municipal de Educação é a função deste profissional e a necessidade de assegurar a presença deste.

Art. 23. De acordo com as necessidade específicas dos estudantes da Educação Especial atendidos, as Escolas devem contar com profissionais de apoio à docência e as rotinas escolares, no período de permanência do estudante na Escola, conforme legislação vigente.

Parágrafo único – Entende-se por profissionais de apoio, aqueles necessários para a promoção do atendimento às necessidades específicas do estudante no âmbito da acessibilidade, da comunicação e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção, prestando

auxílio individualizado aos estudantes que não realizam essas atividades com independência, devido sua condição de funcionalidade ou sua condição de deficiência, buscando sua autonomia.(Resolução nº 50 do Conselho Municipal de Educação de Erechim –RS)

A orientação prevista pelo Art. 23 e pelo parágrafo único permite que o profissional de apoio (ou professor (a) bi docente) desenvolva uma série de ações importantíssimas para o processo inclusivo. Este talvez foi um passo fundamental dado pela gestão municipal e o conselho.

Na prática, como previsto no Art 22, cabe a “Secretaria Municipal de Educação de Erechim, através da Coordenação de Educação Especial- Inclusiva acompanhar e assessorar os profissionais do Sistema Municipal”, oportunizar momentos de discussão no grupo, bem como direcionar as ações da escola através de formações e reuniões.

Esse tipo de organização permite que os professores que atuam na sala de aula (bi docente e o professor(a) devam estar em constante contato com o professor de AEE, de forma que estes possam pensar em um currículo que contemple o aluno com deficiência. Mas, também cabe a observar o alerta realizado por Mantoan,

[...] as escolas atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades especiais) ( MANTOAN, 2003, p. 25).

Um dos principais pontos que se deve levar em consideração quando o assunto é implantar algo novo na escola como a inclusão é o currículo, pois ele deve ser pensado de uma forma que contemple a todos os envolvidos sem discriminar ninguém independentemente de suas diferenças.

[...] um currículo inclusivo baseia-se no princípio de que as boas práticas são apropriadas a todos os alunos, de forma a conseguir-se uma aprendizagem significativa para cada aluno. Dessa forma, é indispensável que o docente possua conhecimento que lhe permita ensinar na mesma classe alunos com capacidades diferentes e com níveis diferenciados de conhecimentos prévios. Cabe então à escola, a partir das características do aluno bem assim como das suas limitações, definir as opções curriculares de forma a garantir o seu sucesso educativo e social (CARDOSO, 2008,p.73).

A bi docência, assim definido para o professor de apoio da rede municipal de Erechim, em sua essência é algo desafiador pela sua complexidade e ao mesmo

tempo fascinante, pois por meio da parceria com demais profissionais tem o desafio de “implementar atividades-ações que viabilizam um bom aproveitamento e evolução nos processos de aprendizagem dos estudantes com e sem deficiência”(Retirado do documento atribuições do professor “bi docente” da Educação Inclusiva da Prefeitura Municipal de Educação)

As ações e orientações previstas para o professor que ocupa a função de bi docente apesar de não ter uma formação específica na área de educação especial – inclusiva, busca garantir à criança com deficiência situações que a levem a descobrir um mundo novo do brincar, do criar, do convívio em grupo, dos seus direitos e deveres, dessa forma fazendo que o mesmo se desenvolva enquanto indivíduo. “Aprendemos quando resolvemos nossas dúvidas, superamos nossas incertezas e satisfazemos nossa curiosidade” (CARNEIRO, 2007, p.160).

### 3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao organizar o projeto de pesquisa que foi a base para elaboração deste trabalho de Conclusão de Curso, a metodologia foi amplamente discutida, a fim de poder atender as necessidades do mesmo. Desta forma, o percurso para a efetivação deste material foi de uma análise bibliográfica que consistiu na leitura de livros, artigos, documentos, dissertações que dialogavam com o problema proposto ou que abordavam a temática da educação inclusiva.

Para Boccato (2006), este tipo de pesquisa, “busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas”(p.266). Desse modo, a busca pelos materiais não foi tarefa fácil, pois há pouco material que discute a temática da educação inclusiva, especialmente quanto a figura do professor bi docente ou a sua formação.

Nos endereços: Scielo, Google acadêmico e Base de dados IBICT, após exaustivas buscas, verificou se que o termo foi utilizado em uma pesquisa, e provavelmente as pesquisas que utilizam a nomenclatura não foram identificadas ou não foram divulgadas nestes endereços. Porém, algumas discussões em torno do ensino colaborativo, apontam nas mesmas perspectivas. Em parte, a ausência de material se justifica, pois as redes de ensino reconhecem a presença de um segundo professor como professor de apoio ou professor auxiliar ou ainda ensino

colaborativo denominações que alguns trabalhos apontavam.

Quantitativamente, podemos apontar dois trabalhos sobre o professor de apoio-auxiliar e um sobre o ensino colaborativo que utiliza o termo bi docente para descrever o professor (a) que atua em colaboração, no endereço eletrônico da Scielo. No Google Acadêmico foram encontrados quatro artigos sobre o professor de apoio e por fim no Base de dados IBICT três trabalhos que falavam sobre professor de apoio.

Para ter acesso aos documentos da Secretaria da Educação de Erechim e realizar a análise, foram realizados alguns procedimentos como a solicitação via protocolo, mediante autorização os dados foram fornecidos via endereço eletrônico ou coleta no Projeto Pedagógico (PP) e demais documentos que orientam as ações da Secretaria Municipal de Educação.

A partir dos dados e da bibliografia foi possível compreender alguns aspectos da educação inclusiva, como o número de professores bi docente, números de alunos com deficiência e o papel destinado a este professor (a) no contexto escolar.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso propôs – se a fazer uma reflexão sobre a educação inclusiva em especial sobre o papel do professor bi docente e suas atribuições nas Escolas Municipais de Erechim (RS) a partir do número significativo de alunos com deficiência, bem como o número expressivo de professores (as) que ocupam a função.

Entretanto, compreendendo a relevância dos processos de implementação da educação inclusiva em nosso país, iniciamos esta pesquisa construindo um panorama geral sobre o surgimento da profissão docente , professor bi docente, legislação, salas de AEE da educação pública.

O método e os recortes utilizados permitiram visualizar de forma quantitativa o número de alunos com deficiência atendidos pela rede de ensino, o número de escolas e o número de alunos. Interessava ter a dimensão de quantos sujeitos estão imbricados no processo.

Não buscamos dados dos anos anteriores que permitisse apontar um aumento dos processos inclusivos ou não, mas os dados a nível nacional e estadual apontam um crescente. Mas, o que provocou e instiga as discussões é o número significativo de professores que atuam como professores bi docentes (75). Por outro lado, os 197 alunos com deficiência atendidos da rede municipal de ensino é significativo se comparado com a população total de 102.906 pessoas segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Pode – se dizer que a Prefeitura Municipal de Erechim (RS) através da Secretaria Municipal de Educação vem buscando alternativas na educação inclusiva e por isso foi indicado a prêmios e este ano (2016) conseguiu ganhar como a melhor Secretaria de Educação na área da inclusão e também teve duas escolas que foram destaque.

A Secretaria de Educação utiliza uma nomenclatura específica para se referir ao professor (a) destinado a atuar com os alunos com deficiência, denominado professor bi docente este professor deve ajudar e incentivar o aluno de uma forma que o mesmo se desenvolva. A dificuldade percebida está em estabelecer com clareza o papel e a função deste.

As orientações quanto as atribuições permitem perceber a complexidade da

atuação do professor (a) bi docente e a clareza da importância de um ensino colaborativo entre o professor (a) que atua no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o professor (a) titular. Porém, o Art. 22 incumbe a coordenação de Educação Especial- Inclusiva de articular essas ações, o que representa uma série de possibilidades e impossibilidades.

Atualmente o professor bi docente é entendido como um professor (a) que partilha das dificuldades e ações do professor (a) titular que deve atender não somente o aluno com deficiência, mas também os demais, superando assim estigmas, dificuldades e promovendo a interação no espaço escolar, tal profissional pode ser alterado mediante a troca deste gestor.

Outra ação viabilizada e descrita, tanto na Resolução do Conselho Municipal como no PPP é a responsabilidade de ofertar o Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na escola em que o aluno está matriculado ou em outra escola próxima. Compreende o mesmo como essencial para o desenvolvimento que será avaliado de forma “formativa e processual”(Resolução nº 50 do CME de Erechim) e realizada pelo professor (a) da sala de aula e do AEE.

Com um grupo de trabalho significativo ( 75 professores(as) bi docentes) as ações desenvolvidas merecem destaque, principalmente por buscar a partir de poucos instrumentos teóricos construir uma concepção de educação inclusiva, apostando no potencial dos professores sem formação na educação especial – inclusiva e acreditando que o grupo de professores(as) e gestores pode construir estratégias e metodologias eficazes para a inclusão e acesso dos alunos com deficiência e sem deficiência.

Inovador, apesar de algumas questões que precisam ser revistas, como a necessidade de maior protagonismo por parte dos professores (as) bi docentes, maior clareza e especificação nos documentos orientadores para assegurar o prosseguimento da política de governo em uma eventual troca de gestão.

Evidentemente a legislação nacional assegura uma série de questões referentes a inclusão, garantem o direito a educação independentemente de suas condições físicas, o direito a um professor que o auxilie da melhor forma possível, e as escolas devem se adaptar para receber, porém a questão sempre está em como isso é efetivado. E para que isso se efetive, além do lastro legal, faz necessário também, o conhecimento pedagógico por parte do gestor.

Concluindo, os dados evidenciam que os números de alunos com deficiência

aumentaram significativamente, assim como, o número de profissionais que atuam com estes, assegurando o que é seu por direito. Muitas dessas ações consideradas impensáveis há algumas décadas, hoje são realidade, apesar das dificuldades e dos problemas, mas são um luz, uma possibilidade que atualmente é definida pela bi docência.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira et al. *Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 36p.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. DOU de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus. Lei nº. 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. In Política e Educação no Brasil. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

CARDOSO, Marilene da Silva. **Educação Inclusiva e Diversidade: uma práxis educativa junto a alunos com necessidades especiais**. Porto Alegre: Redes ed, 2008.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: Possibilidades e Limitações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DISPONÍVEL EM: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 15 de setembro de 2016.

DISPONÍVEL EM: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 15 de setembro de 2016.

DISPONÍVEL EM : <http://www.ibge.gov.br/home/> . Acesso em: 12 de novembro de 2016.

Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/4-educacao-especial-inclusiva/indicadores>. Acesso em: 12 de novembro de 2016.

DISPONÍVEL EM : <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf>. Acesso em: 20 de outubro 2016

EDUCAÇÃO INCLUSIVA - UMA EXPERIÊNCIA COLABORATIVA DE ENSINO REGULA, Cassia Amaral. Disponível em [http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/13-amaral\\_et\\_al.pdf](http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/13-amaral_et_al.pdf) . Acesso em 16 de novembro de 2016.

FEREIRA, Janaina Vargas Dutra, TORRES, Maria Salete de Moura. INCLUSÃO, 2013; p.7).

GONÇALVES, Carlos Luiz. PIMENTA, Selma Garrido. Reverendo o ensino de 2º grau:

propondo a formação de professores. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 9.394, de 20 de novembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF. 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MARQUES, Mário Osório. Formação do profissional da educação. Ijuí/RS: Ed. UNIJUI, 2000.

NÓVOA, Antônio. O processo histórico de profissionalização do professorado. In: \_\_\_\_\_. (Org.) Profissão professor. 2ªed. Porto: Porto, 1995, p.13-33.

Observatório do PNE, disponível em <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/4-educacao-especial-inclusiva/indicadores>, acesso em 16 de novembro de 2016)

Parceria no contexto escolar: uma experiência de ensino colaborativo para educação inclusiva. Andréa Carla Machado; Maria Amélia Almeida Ano 2010, disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862010000300004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000300004) Acesso em 16 de novembro de 2016.

Resolução CME nº 50 de 21 de maio de 2015 do Conselho Municipal de Educação de Erechim (RS)

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.